

CARGO: ADVOGADO

PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO 001/2018 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DIVISA NORTE DO PARANÁ

Atenção: Leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.

1. Seu caderno deve conter 40 (quarenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	1 a 7
Informática Básica	8 a 12
Conhecimentos Específicos	13 a 40

2. A Prova terá duração de 3h (três horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário, deverá solicitar ao Fiscal de Sala e só deverá se levantar após autorização.
5. Ao deixar o local definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões nos 30min restantes.
6. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, e quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares conforme constante no edital de abertura.
7. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
8. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
9. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas Definitiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, assine no campo destinado. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
10. Caso algum equipamento eletrônico emita som, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
11. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta. Verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
12. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas.
13. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
14. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
15. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitas em voz alta ao fiscal.
16. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
17. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.

-----DESTAQUE AQUI-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

Áustria começa a cobrar para refugiados solicitarem asilo no país
Quem pedir refúgio deverá contribuir aos custos do processo de tramitação com o dinheiro que tenham consigo, até um máximo de 840 euros

Por EFE

O Governo austríaco, formado por democratas-cristãos e ultranacionalistas, adotou nesta quarta-feira uma polêmica série de medidas que restringem os direitos dos imigrantes e que contempla cobrar até 840 euros aos solicitantes de asilo para custear os trâmites.

O objetivo é “combater tanto a imigração ilegal como o abuso da condição de asilado”, declarou o chanceler federal e líder do Partido Popular Austríaco (ÖVP), Sebastian Kurz, à imprensa em Viena após uma reunião do Conselho de Ministros.

Este projeto de lei ainda deve ser aprovado no Parlamento, onde o Governo conta com uma clara maioria.

Entre outras medidas, estabelece que os refugiados devam contribuir aos custos do processo de tramitação de asilo com o dinheiro que tenham consigo, até um máximo de 840 euros, informou a televisão pública austríaca “ORF”.

As autoridades poderão acessar seus telefones para rastrear trajetos e comprovar que os dados facilitados pelos solicitantes de asilo coincidem com os dados sobre as viagens que fizeram até chegar à Áustria.

Ou seja, trata-se de verificar que não mentiram às autoridades, sobretudo quanto ao primeiro país da União Europeia (UE) ao qual chegaram, já que é ali onde as normativas comunitárias, o regulamento de Dublin, estabelecem que deva ser tramitada a solicitação de asilo.

Além disso, se no controle as autoridades descobrirem indícios de alguma atuação delitativa, deverão abrir uma investigação.

Por outro lado, “aqueles refugiados que cometem um delito serão detidos imediatamente em centros especiais e depois retirados do país”, afirmou o vice-chanceler e líder do ultradireitista Partido Liberal (FPÖ), Heinz-Christian Strache, que disse que esta medida inclui os imigrantes menores de idade.

O direito a permanecer na Áustria será perdido se a pessoa viajar para seu país de origem após ter chegado à república alpina.

O ministro do Interior, Herbert Kickl, do FPÖ, lembrou que o Governo, surgido das eleições de outubro, assumiu o poder com a intenção de introduzir uma política de asilo o mais restritiva possível.

Em reiteradas ocasiões, Kurz reconheceu que um dos principais objetivos destas e outras medidas é reduzir o atrativo da Áustria como destino para refugiados.

Kickl advogou hoje por trabalhar para que no futuro nenhum refugiado possa solicitar asilo em solo da União Europeia, mas fazer em centros situados em países não comunitários.

Adaptado de <https://exame.abril.com.br/mundo/refugiados-que-solicitarem-asilo-na-austria-deverao-pagar-840-euros/>

1. Analise a seguinte oração “O direito a permanecer na Áustria será perdido” e assinale a alternativa que classifica corretamente o tipo de sujeito.

- a) Simples.
- b) Composto.

- c) Elíptico.
- d) Indeterminado.

2. As aspas utilizadas dentro do texto servem para

- a) citar a fala de alguém.
- b) colocar algo subjetivo para exemplificar uma situação anterior.
- c) para esclarecer a opinião pública.
- d) para utilizar de palavra de origem estrangeira.

3. No penúltimo parágrafo ocorreu o uso de vírgula, assinale a alternativa que apresenta a correta explicação para esse uso.

- a) Foi utilizada a vírgula por se tratar de um aposto.
- b) Foi utilizada a vírgula por se tratar de um advérbio de tempo.
- c) Foi utilizada a vírgula por se tratar de um vocativo.
- d) Foi utilizada a vírgula por se tratar de uma oração coordenada.

4. No sétimo parágrafo, a oração sublinhada é classificada como oração coordenada

- a) assindética.
- b) sindética aditiva.
- c) sindética adversativa.
- d) sindética alternativa.

5. No último parágrafo, o verbo em destaque está conjugado em qual tempo verbal?

- a) Pretérito Perfeito do Subjuntivo.
- b) Pretérito Mais-que-perfeito.
- c) Pretérito Imperfeito.
- d) Pretérito Perfeito do Indicativo.

6. Assinale a alternativa correta com relação à interpretação do texto.

- a) O texto apresenta informações com relação as novas regras para os refugiados que moram na Áustria e como acontecerá a arrecadação das taxas pagas por eles.
- b) O texto apresenta o novo valor a ser pago pelos refugiados que entrarem no país a partir do próximo mês e também quais as consequências para àqueles que não pagarem.
- c) O texto apresenta as medidas que estão sendo tomadas pela Áustria no intuito de diminuir o interesse dos refugiados pelo país.
- d) O texto apresenta a lei já sancionada pela Áustria no intuito de eliminar os refugiados do país e evitar que novos venham a adentrar as fronteiras.

7. No oitavo parágrafo, a palavra em destaque é classificada como

- a) pronome pessoal.
- b) pronome de tratamento.
- c) pronome indefinido.
- d) pronome demonstrativo.

Informática Básica

8. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que apresenta a tecla de atalho utilizada para alinhar o texto à esquerda no Word. (O sinal de + não faz parte do comando, significa que as teclas devem ser pressionadas juntas).
- Ctrl + A
 - Ctrl + E
 - Ctrl + D
 - Ctrl + Q
9. Assinale a alternativa que não apresenta uma opção de navegador.
- Chrome.
 - Mozilla.
 - SoundBox.
 - Microsoft Edge.
10. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que apresenta uma das opções de espaçamento entre linhas do Word.
- 1,4 linhas.
 - Triplo.
 - Duplo.
 - Composto.
11. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, a respeito do Excel: o programa Excel apresenta fórmulas que são equações que podem
- executar cálculos, retornar informações, manipular o conteúdo de outras células, testar condições e mais.
 - executar arquivos, dar suporte ao Office, ajustar texto às células e mais.
 - copiar e colar imagens e figuras, editar textos e mais.
 - calcular.
12. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que apresenta o passo a passo correto para criar um novo e-mail no Gmail.
- Acessar a página de criação de conta Email Gmail, preencher o formulário com as informações do usuário, criar uma senha e concordar com os termos de uso.
 - Acessar a página de criação de conta Google, preencher o formulário com as informações do usuário e concordar com os termos do Google.
 - Acessar a página de criação de conta do Google-mail, preencher o formulário com as informações do usuário e criar uma senha.
 - Acessar a página de criação de conta Gmail, preencher o formulário com as informações do usuário ou de quem será responsável pela conta e concordar com os termos do Gmail.

- O consórcio público constituirá exclusivamente pessoa jurídica de direito privado.
 - A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
 - O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
 - Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.
14. Conforme disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, em seu artigo 4, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- São cláusulas necessárias do protocolo de intenções as que estabeleçam a denominação, a finalidade, o prazo de duração e a sede do consórcio e a identificação dos entes da Federação consorciados.
 - São cláusulas necessárias do protocolo de intenções as que estabeleçam a indicação da área de atuação do consórcio e a previsão de que o consórcio público é associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.
 - São cláusulas necessárias do protocolo de intenções as que estabeleçam os critérios para, em assuntos de interesse comum, autorizar o consórcio público a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo e as normas de convocação e funcionamento da assembleia geral, inclusive para a elaboração, aprovação e modificação dos estatutos do consórcio público.
 - São cláusulas necessárias do protocolo de intenções as que estabeleçam a previsão de que a assembleia geral é a instância máxima do consórcio público e o número de votos para as suas deliberações a forma de eleição e a duração do mandato do representante legal do consórcio público que, obrigatoriamente, deverá ser Chefe do Poder Executivo de ente da Federação consorciado.
- Apenas I e II estão corretas.
 - Todas estão corretas.
 - Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas II, III e IV estão corretas.

Conhecimentos Específicos

13. Conforme disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, em seu artigo 1, assinale a alternativa incorreta.

15. Conforme disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, em seu artigo 5, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
 - II. O contrato de consórcio público, caso assim preveja cláusula, pode ser celebrado por apenas 1 (uma) parcela dos entes da Federação que subscreveram o protocolo de intenções.
 - III. A ratificação deverá ser aceita por todos os entes subscritores. Não existindo possibilidade de consorciamento parcial.
 - IV. A ratificação pode ser realizada com reserva que, aceita pelos demais entes subscritores, implicará consorciamento parcial ou condicional.
 - V. A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da assembleia geral do consórcio público.
 - a) Apenas I, II e IV estão corretas.
 - b) Apenas II, III e V estão corretas.
 - c) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
 - d) Apenas II, IV e V estão corretas.
16. Conforme disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, analise as frases e assinale a alternativa que preenche as lacunas corretamente.
- I. O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito _____, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções
 - II. O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito _____, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.
 - a) privado / público
 - b) público / misto
 - c) misto / privado
 - d) público / privado
17. Conforme disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, em seu Artigo 11, assinale a alternativa incorreta.
- a) A extinção de determinado ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de todos os consorciados na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.
 - b) A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.
 - c) Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação.
 - d) A retirada ou a extinção do consórcio público não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.
18. Conforme disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. A União poderá celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas.
 - II. No que não contrariar esta Lei, a organização e funcionamento dos consórcios públicos serão disciplinados pela legislação que rege as associações civis.
 - III. A execução das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.
 - IV. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
 - V. Os estatutos disporão sobre a organização e o funcionamento de cada um dos órgãos constitutivos do consórcio público.
 - VI. Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.
 - a) Apenas cinco assertivas estão corretas.
 - b) Todas estão corretas.
 - c) Apenas quatro assertivas estão corretas.
 - d) Apenas três assertivas estão corretas.
19. Conforme disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em seu Artigo 10, assinale a alternativa incorreta.
- a) Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
 - b) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
 - c) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido ser realizado de forma anônima.
 - d) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

20. Conforme disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em seu Artigo 32, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Constituem condutas lícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação.
 - II. Constituem condutas lícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar divulgar ou permitir a divulgação, ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal.
 - III. Constituem condutas lícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
 - IV. Constituem condutas lícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
 - V. Constituem condutas lícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública.
 - a) Apenas duas assertivas estão incorretas.
 - b) Apenas três assertivas estão incorretas.
 - c) Apenas quatro assertivas estão incorretas.
 - d) Todas estão incorretas.
21. Conforme disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Seção II - Dos Recursos, assinale a alternativa incorreta.
- a) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias após sua publicação.
 - b) O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
 - c) Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado.
 - d) Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação.
22. Conforme disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições: - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei; - monitorar a implementação do disposto nesta Lei; - apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento.
 - II. O Poder Executivo Federal designará órgão da administração pública federal responsável pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública.
 - III. É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
 - IV. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas com fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Apenas três assertivas estão corretas.
 - c) Apenas duas assertivas estão corretas.
 - d) Apenas uma assertiva está correta.
23. Conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Capítulo III - Dos Contratos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, os preceitos contratuais de direito privado, deverão ficar excluídos.
 - II. Os contratos decorrentes de dispensa de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
 - III. Os contratos decorrentes de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
 - IV. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam o objeto e seus elementos característicos, o regime de execução ou a forma de fornecimento e o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
 - a) Apenas uma assertiva está correta.
 - b) Apenas duas assertivas estão corretas.
 - c) Apenas três assertivas estão corretas.
 - d) Todas estão corretas.

24. Conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Seção IV - Da Execução dos Contratos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- II. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local determinado, podendo ser no local da obra, para representá-lo na execução do contrato.
- III. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- IV. O contratado é responsável pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A contratante responde solidariamente pelos encargos trabalhistas.
- a) Apenas I e IV estão corretas.
b) Apenas I e II estão corretas.
c) Apenas IV e III estão corretas.
d) Apenas I e III estão corretas.
25. Conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Seção II - Das Sanções Administrativas, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- II. A multa a que alude este artigo (Artigo 86, Lei nº 8.666/93) impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.
- III. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.
- IV. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração. A cobrança judicial não será possível, ante a necessidade de previsão no contrato.
- a) Apenas I e III estão corretas.
b) Apenas II e III estão corretas.
c) Apenas III e IV estão corretas.
d) Apenas I e IV estão corretas.
26. Conforme disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, assinale a alternativa incorreta.
- a) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
- b) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o parcial ressarcimento do dano.
- c) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- d) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
27. Conforme disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Capítulo VII - Da Prescrição, assinale a alternativa incorreta.
- a) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- b) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- c) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- d) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei.
28. Conforme disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Capítulo VI - Das Disposições Penais, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- II. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- III. A aplicação das sanções previstas nesta lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
- IV. A aplicação das sanções previstas nesta lei depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- a) Apenas uma assertiva está correta.
b) Apenas duas assertivas estão corretas.
c) Apenas três assertivas estão corretas.
d) Todas estão corretas.

29. Conforme disposto no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, dependendo do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio e utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.
 - II. São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, dependendo do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, desviar ou aplicar indevidamente rendas ou verbas públicas e empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.
 - III. São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, dependendo do pronunciamento da Câmara dos Vereadores ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes e deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos.
 - IV. São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, dependendo do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, deixar de prestar contas no devido tempo ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos, subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título e contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
 - a) Apenas uma assertiva está incorreta.
 - b) Apenas duas assertiva está incorreta.
 - c) Apenas três assertivas está incorreta.
 - d) Todas estão incorretas.
30. Conforme disposto no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Extingue-se o mandato de Prefeito e Vereador e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando ocorrer falecimento.
 - II. Extingue-se o mandato de Prefeito e Vereador e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando renúncia por escrito.
 - III. Extingue-se o mandato de Prefeito e Vereador e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando cassação dos direitos políticos, ou condenação por crime funcional ou eleitoral.
 - IV. Extingue-se o mandato de Prefeito e Vereador e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Apenas três assertivas está correta.
 - c) Apenas duas assertiva está correta.
 - d) Apenas uma assertiva está correta.
31. Conforme disposto no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Título II - dos Recursos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Da sentença cabe Agravo de Instrumento.
 - II. As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
 - III. Cabe Agravo de Instrumento contra as sentenças que versarem sobre o mérito do processo.
 - IV. O relator no Agravo de Instrumento solicitará dia para julgamento em prazo não superior a 1 (um) mês da intimação do agravado.
 - V. Contra decisão proferida pelo relator caberá Agravo retido para o respectivo órgão colegiado observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.
 - a) Apenas I, II e III estão corretas.
 - b) Apenas III, IV e V estão corretas.
 - c) Apenas II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas I, III e V estão corretas.
32. Conforme disposto no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, assinale a alternativa incorreta.
- a) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
 - b) Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.
 - c) O tutor ou o curador será intimado a prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias contado da intimação do despacho que mandar cumprir o testamento ou o instrumento público que o houver instituído.
 - d) A toda causa será atribuído valor certo, salvo nos casos que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.
33. Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, Capítulo IV - Dos Direitos Políticos, assinale a alternativa incorreta.
- a) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - b) É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente, Vice-Presidente da República e Senador, trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
 - c) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
 - d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

34. Conforme disposto no Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Capítulo II - Fato Gerador, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - II. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
 - III. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
 - IV. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Apenas três assertivas estão corretas.
 - c) Apenas duas assertivas estão corretas.
 - d) Apenas uma assertiva está correta.
35. Conforme disposto no Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Seção II - Modalidades de Lançamento, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando a lei assim o determine.
 - II. O lançamento é efetuado e revisto por meio de requerimento pela autoridade administrativa quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.
 - III. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
 - IV. O lançamento é efetuado e revisto por meio de requerimento pela autoridade administrativa quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
 - V. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
 - a) Apenas I e II estão incorretas.
 - b) Apenas III e IV estão incorretas.
 - c) Apenas II e IV estão incorretas.
 - d) Apenas IV e V estão incorretas.
36. Conforme disposto no Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Capítulo IV - Extinção do Crédito Tributário, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. O pagamento de um crédito importa em presunção de pagamento.
- II. A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- III. Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
- IV. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Apenas duas assertivas estão corretas.
 - c) Apenas três assertivas estão corretas.
 - d) Apenas uma assertiva está correta.
37. Conforme disposto no Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Capítulo II - Dívida Ativa, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
 - II. A fluência de juros de mora exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.
 - III. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
 - IV. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Apenas três assertivas estão corretas.
 - c) Apenas duas assertivas estão corretas.
 - d) Apenas uma assertiva está correta.
38. Conforme disposto na Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. O mandado de segurança poderá ser impetrado contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - II. Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, somente uma, representando todos, poderá requerer o mandado de segurança.
 - III. Em caso de urgência é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
 - IV. Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe Agravo de Instrumento.
 - V. Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais.
 - a) Todas estão incorretas.
 - b) Apenas quatro assertivas estão incorretas.
 - c) Apenas três assertivas estão incorretas.
 - d) Apenas duas assertivas estão incorretas.

39. Conforme disposto no Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, assinale a alternativa incorreta.

- a) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- b) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
- c) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária
- d) Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

40. Conforme disposto no Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, assinale a alternativa incorreta.

- a) São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- b) São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
- c) São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal, não incluindo os Municípios.
- d) São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.

